



**ESTADO DO RIO DE JANEIRO
MUNICÍPIO DE NOVA FRIBURGO
GABINETE DO PREFEITO**

Vide Dec
30/19



DECRETO Nº 258, 27 de setembro de 2018.

PUBLICADO NO JORNAL
A VOZ DA SERRA
DIA 30 / 10 / 18
EDIÇÃO Nº 9677 PÁG 8

Dispõe sobre a observância da ordem cronológica de pagamento das obrigações relativas ao fornecimento de bens, locações, realizações de obras e prestações de serviços, nos termos do art.5º da Lei Nacional nº 8.666, de 21 de junho de 1993, revoga o Decreto 68 de 20 de março de 2018 e dá outras providências.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE NOVA FRIBURGO, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas, pela Lei Orgânica do Município de Nova Friburgo;

DECRETA:

Art. 1º - Os pagamentos das obrigações relativas ao fornecimento de bens, locações, realização de obras e prestações de serviços, deverá obedecer, para cada fonte diferenciada de recursos e cada unidade administrativa, a estrita ordem cronológica das datas de apresentação das faturas, salvo quando presentes relevantes razões de interesse público e mediante prévia justificativa da autoridade competente.

§ 1º A ordem cronológica de exigibilidade terá como marco inicial, para efeito de inclusão do crédito na sequência de pagamentos, a data do recebimento da nota fiscal ou fatura pela unidade administrativa responsável pela gestão do contrato.

§ 2º - Para fins de cumprimento do estabelecido no caput deste artigo, cada gestor, fiscal de contrato ou servidor que receber o documento fiscal, pela entrega de bens, serviços ou obras, deverá declarar no verso do documento fiscal a data do seu recebimento.

§ 3º - Após o recebimento da nota fiscal/fatura, o fiscal deverá adotar as seguintes providências:

- a) se o valor da nota fiscal for igual ou inferior ao limite de que trata o inciso II do art. 24 de Lei 8666/93, atestar imediatamente o documento fiscal encaminhando-o ao Gestor do Contrato;
- b) os demais recebimentos, cujos valores sejam superiores ao limite a que se refere a alínea "a" as notas fiscais deverão ser atestadas em até cinco dias, com posterior envio ao Gestor do contrato.

§ 4º - Concluída a fase de análise documental e atestação da fatura, o gestor do contrato deverá encaminhar o processo ao Setor de Pré-Liquidação da Despesa, imediatamente nos casos das despesas cujos valores não ultrapassem ao limite previsto no inciso II do art. 24 de Lei 8666/93, e em até 15 dias corridos da data do recebimento do documento fiscal, para as demais despesas.

§ 5º - Ocorrendo qualquer situação que impeça a liquidação ou o pagamento da despesa, os prazos previstos neste artigo serão suspensos até a sua regularização, sendo o fornecedor reposicionado na lista classificatória a partir da regularização das falhas e/ou, caso seja necessário, da emissão de novo documento fiscal, momento em que será reiniciada a contagem dos prazos para liquidação e consequente pagamento.

§ 6º -O Departamento da Despesa deverá disponibilizar à Tesouraria, relações por fonte de recursos, contendo as liquidações efetuadas, organizadas por ordem cronológica da data de recebimento das faturas.

§ 7º - As despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 24 de Lei 8666/93, serão ordenadas separadamente, em lista classificatória especial de pequenos credores.

Art. 2º - O pagamento da obrigação deverá ocorrer no prazo previsto no contrato, limitado:

I – no quinto dia útil subsequente a data da liquidação para despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do artigo 24 da Lei 8666/93, ou;

II – trinta dias contados do recebimento da nota fiscal ou fatura para os demais casos.

§ 1º - A Tesouraria quando do pagamento da despesa, deverá observar rigorosamente a cronologia da data de entrega das faturas.

§ 2º - A quebra da ordem cronológica de pagamentos somente ocorrerá quando presentes relevantes razões de interesse público e mediante prévia justificativa da autoridade competente.

§ 3º - Consideram-se relevantes razões de interesse público as seguintes situações:

I – grave perturbação da ordem, situação de emergência ou calamidade pública;

II – pagamento de serviços necessários ao funcionamento dos sistemas estruturantes do Governo Municipal, desde que demonstrado o risco de descontinuidade do cumprimento do objeto do contrato;

III – pagamento de contrato cujo objeto seja imprescindível para assegurar a integridade do patrimônio público ou para manter o funcionamento das atividades finalísticas do órgão ou entidade, quando demonstrado o risco de descontinuidade da prestação de um serviço público de relevância ou o cumprimento da missão institucional;

Art. 3º Com referência às despesas empenhadas e não pagas até o dia 31 de dezembro de cada exercício, que venham a ser inscritas em Restos a Pagar, para efeito de cumprimento da ordem cronológica, deverá ser observado o que segue:

I – as despesas inscritas como restos a pagar processados, observada a estrita ordem cronológica da data de recebimento do documento fiscal, terão prioridade de pagamento sobre as que venham ser liquidadas no decorrer do exercício seguinte à efetiva inscrição e;

II – toda despesa registrada em restos a pagar não processados terá como marco inicial, para observância da ordem cronológica de pagamento, a data de entrega do documento fiscal.

Art. 4º -Não se aplicam as disposições deste Decreto as que digam respeito a despesas:

I – Com adiantamentos e diárias;

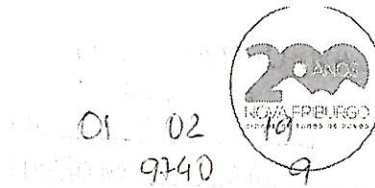
II – De pagamentos de vencimentos ou parcelas indenizatórias de salários, ativos, inativos e pensionistas;

III – Relativas a pagamentos de obrigações tributárias;





**ESTADO DO RIO DE JANEIRO
MUNICÍPIO DE NOVA FRIBURGO
GABINETE DO PREFEITO**



DECRETO Nº. 30, 30 DE JANEIRO DE 2019.

**ALTERA A REDAÇÃO DO ART. 2º, §3º, III, DO
DECRETO 258, DE 27 DE SETEMBRO DE 2018, E DÁ
OUTRAS PROVIDÊNCIAS.**

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE NOVA FRIBURGO, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas, pela Lei Orgânica do Município de Nova Friburgo;

DECRETA:

Art. 1º - O Art. 2º, §3º, III, do Decreto Municipal nº. 258, de 27 de setembro de 2018, passa a vigor com a seguinte redação:

III – pagamento de contratos cujo objeto seja imprescindível para assegurar a incolumidade pública, integridade do patrimônio público ou para manter o funcionamento das atividades finalísticas do órgão ou entidade, quando demonstrado o risco de descontinuidade da prestação de um serviço público de grande relevância ou o cumprimento da missão institucional, notadamente as despesas decorrentes dos serviços de saúde e educação;

Art. 2º - Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Palácio Barão de Nova Friburgo, 30 de janeiro de 2019.

RENATO BRAVO
Prefeito